

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUARIA E FLORESTAL - IDAF
TERMO DE REFERÊNCIA ATUALIZADO Nº 0000010/2026

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 27/2026/IDAF - DICC

Processo nº 0052.007848.00011/2026-36

1. OBJETO

1.1. **Abertura de Pregão Eletrônico** - Objetivando a Aquisição de material de consumo, **Compreendendo Café em pó, Açúcar, Biscoito Salgado e Biscoito Doce e Chá**, para atender às necessidades do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Acre – IDAF., Conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	QUANTIDADE E CONSUMO	QUANTIDADE E REGISTRO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
------	----------------	-------	-------------------------	-----------------------------	-------------------------------	-------------------------

SISTEMA DE COMPRAS 01	Café torrado e moído, embalado a vácuo, categoria superior. Características: • Produto homogêneo, proveniente de grãos de café de boa qualidade; • Tipo superior, com padrão de qualidade compatível com consumo institucional; • Isento de impurezas, matérias estranhas ou adulterações; • Classificação de bebida dura ou superior; • Sabor e aroma característicos do produto, podendo variar de suave a intenso; Qualidade: • O produto deverá possuir Selo de Pureza ABIC ou equivalente, ou laudo técnico emitido por laboratório especializado o que comprove	FARDO	120	140		Página 2 de 29
-------------------------------------	--	--------------	------------	------------	--	-----------------------

02	Produto: Açúcar cristal. Características: • Produto obtido da cana-de-açúcar, de primeira qualidade; • Branco, de granulometria uniforme; • Livre de impurezas, sujidades, umidade excessiva ou materiais estranhos; • Adequado ao consumo humano, conforme normas sanitárias vigentes. Qualidade: • O produto deverá atender aos padrões estabelecidos pelos órgãos competentes, como ANVISA e demais legislações aplicáveis; • Proveniente de fabricante que adote boas práticas de fabricação. Acondicionamento	FARDO	60	75		
----	--	-------	----	----	--	--

03	Biscoito salgado tipo água e sal. Características: • Produto crocante, assado, de formato regular (redondo ou quadrado); • Composição básica: farinha de trigo enriquecida, gordura vegetal, sal e demais ingredientes permitidos; • Isento de mofo, umidade excessiva, odores ou sabores estranhos; • Textura e sabor característicos do produto. Qualidade: • Deverá atender às normas sanitárias vigentes; • Produto de qualidade compatível com consumo institucional; • Equivalente ou similar ao produto “Miragina ou Papaguara”.	PACOTE	50	100		Página 4 de 29
----	--	--------	----	-----	--	------------------------------

04 SISTEMA DE COMPRAS	Biscoito doce tipo rosquinha (sabor leite ou similar). Características: • Produto assado, de textura firme e crocante; • Sabor e aroma característicos; • Isento de umidade excessiva, mofo, odores ou sabores inadequados; • Composição conforme padrões alimentícios permitidos. Qualidade: • Deverá atender às normas sanitárias vigentes; • Produto de qualidade compatível com consumo institucional; • Equivalente ou similar ao produto “Miragina ou Mabel”. Acondicionamento : • Embalagem de aproximadamente 330g; • Íntegra, lacrada e adequada à	PACOTE	50	100		Página 5 de 29
-------------------------------------	--	---------------	-----------	------------	--	-----------------------

05	CHÁ DE ERVAS, CHÁ DE CIDREIRA, INGREDIENTES NATURAIS E DE FABRICAÇÃO NACIONAL. CAIXA COM 15 (QUINZE) SACHÊS DE APROXIMADAM ENTE 15G, SUFICIENTE PARA O PREPARO DE 1 (UMA) XÍCARA. EQUIVALENTE OU SIMILAR AO PRODUTO MATE LEÃO, REAL E SANTO ANTÔNIO. DATA DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 03 (TRÊS) MESES E DATA DE VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES APÓS O RECEBIMENTO.	CAIXA	40	50		
----	--	-------	----	----	--	--

06	CHÁ DE ERVAS, CHÁ DE CAMOMILA, INGREDIENTES NATURAIS E DE FABRICAÇÃO NACIONAL. CAIXA COM 15 (QUINZE) SACHÊS DE APROXIMADAM ENTE 15G, SUFICIENTE PARA O PREPARO DE 1 (UMA) XÍCARA. EQUIVALENTE OU SIMILAR AO PRODUTO MATE LEÃO, REAL E SANTO ANTÔNIO. DATA DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 03 (TRÊS) MESES E DATA DE VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES APÓS O RECEBIMENTO.	CAIXA	40	50		
----	--	-------	----	----	--	--

07	CHÁ DE ERVAS, CHÁ DE HORTELÃ, INGREDIENTES NATURAIS E DE FABRICAÇÃO NACIONAL. CAIXA COM 15 (QUINZE) SACHÊS DE APROXIMADAM ENTE 15G, SUFICIENTE PARA O PREPARO DE 1 (UMA) XÍCARA. EQUIVALENTE OU SIMILAR AO PRODUTO MATE LEÃO, REAL E SANTO ANTÔNIO. DATA DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 03 (TRÊS) MESES E DATA DE VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES APÓS O RECEBIMENTO.	CAIXA	40	50		
----	---	-------	----	----	--	--

08	CHÁ DE ERVAS, CHÁ DE ERVA DOCE, INGREDIENTES NATURAIS E DE FABRICAÇÃO NACIONAL. CAIXA COM 15 (QUINZE) SACHÊS DE APROXIMADAM ENTE 15G, SUFICIENTE PARA O PREPARO DE 1 (UMA) XÍCARA. EQUIVALENTE OU SIMILAR AO PRODUTO MATE LEÃO, REAL E SANTO ANTÔNIO. DATA DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A 03 (TRÊS) MESES E DATA DE VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES APÓS O RECEBIMENTO.	CAIXA	40	50		
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$						

1.2. **OBS: Todos os valores se encontram em acordo com o Termo de Referência no Sistema Licon (0021558863), do Tribunal de Contas do Estado do**

1.3. O valor total estimado para esta contratação é de **R\$**

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Acre – IDAF necessita assegurar o fornecimento contínuo de gêneros alimentícios de consumo corrente, especificamente café em pó, açúcar, biscoito salgado, biscoito doce e chás, indispensáveis ao regular funcionamento das atividades administrativas e institucionais.

2.2. A disponibilização desses itens é essencial para viabilizar a realização de reuniões institucionais, cursos, capacitações, atendimentos ao público e demais atividades desenvolvidas no âmbito da Administração, além de contribuir para a manutenção de um ambiente organizacional adequado, funcional e acolhedor aos

servidores, colaboradores e visitantes.

2.3. No contexto das rotinas administrativas, tais insumos configuram suporte operacional básico, sendo amplamente utilizados no cotidiano das unidades da Capital e das Unidades Locais de Defesa Agropecuária e Florestal – ULDAF's, inclusive como apoio logístico em eventos institucionais e ações de capacitação promovidas pelo órgão.

2.4. A eventual indisponibilidade desses materiais pode comprometer a eficiência das atividades administrativas, impactando negativamente o desempenho institucional e a qualidade dos serviços prestados, especialmente no que se refere à organização de eventos, recepção de usuários e condições mínimas de trabalho.

2.5. Dessa forma, a contratação pretendida visa garantir a continuidade do fornecimento desses insumos, assegurando a infraestrutura administrativa mínima necessária ao pleno funcionamento das unidades do IDAF, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento, conforme estabelecido na Lei nº 14.133/2021 e regulamentação estadual pertinente.

2.6. A contratação está fundamentada no interesse público relevante e na busca por soluções eficientes, inovadoras e compatíveis com os desafios técnicos e administrativos do presente e do futuro, conforme preconizado no **Art. 6º, inciso XX, da Lei nº 14.133/2021**: “XX –

O estudo técnico preliminar: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação;”

3. JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO DO OBJETO

3.1. A presente contratação admite o **parcelamento do objeto**, com divisão por itens (café em pó, açúcar, biscoito salgado e biscoito doce), em razão de sua natureza divisível e das características dos produtos a serem adquiridos.

3.2. FUNDAMENTAÇÃO DO PARCELAMENTO

3.2.1. O parcelamento mostra-se técnica e economicamente viável, considerando que:

- Os itens possuem **natureza independente**, não havendo necessidade de fornecimento conjunto por um único fornecedor;
- Trata-se de bens comuns, amplamente disponíveis no mercado, com fornecedores distintos;
- A divisão por itens possibilita maior participação de empresas, inclusive de pequeno e médio porte;
- Favorece a **ampliação da competitividade**, princípio essencial das contratações públicas;
- Permite à Administração obter propostas mais vantajosas para cada item específico.

3.3. VANTAGENS DO PARCELAMENTO

3.3.1. A adoção do parcelamento proporciona:

- Maior competitividade no certame;

- Possibilidade de redução de preços unitários;
- Flexibilidade na contratação e gestão dos itens;
- Mitigação de riscos, evitando dependência de um único fornecedor;
- Melhor adequação às condições do mercado fornecedor.

3.4. **ANÁLISE DA NÃO ADOÇÃO DO PARCELAMENTO**

3.4.1. A contratação em lote único (não parcelada) não se mostra vantajosa, pois:

- Poderia restringir a competitividade;
- Limitaria a participação de fornecedores especializados em determinados itens;
- Poderia resultar em preços menos vantajosos;
- Criaria dependência de um único fornecedor para itens distintos.

3.5. Diante do exposto, conclui-se que o **parcelamento por itens é a solução mais adequada**, técnica e economicamente vantajosa para a Administração, atendendo aos princípios da competitividade, economicidade e eficiência, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

4. **NATUREZA DA CONTRATAÇÃO**

4.1. Os materiais a serem adquiridos possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo Edital por meio de especificações usuais do mercado, enquadrando-se, portanto, como serviços de uso comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

5. **PREVISÃO DA VEDAÇÃO OU DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO NO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO**

5.1. Será vedada a participação de consórcios ou grupo de empresas, cooperativas e/ou associações na licitação.

5.2. Importante registrar que a admissão de consórcios em licitações se constitui em exceção prevista no artigo 15, da Lei nº 14.133/21. Nesse sentido, há casos em que a formação de consórcios pode contribuir para a redução do universo da disputa, da mesma forma em que observando a realidade de um objeto envolto de certa complexidade, a associação tenderia à ampliação da competitividade no certame. Assim, ao sopesar as peculiaridades do objeto a que se pretende contratar e a comprovação histórica de que empresas participantes isoladamente conseguem garantir a competitividade do certame e a fiel execução do objeto, a proibição de consórcio neste certame deve ser entendida como segurança ao interesse público.

6. **PRAZO DO CONTRATO**

6.1. **DO CONTRATO**

6.1.1. Findo o processo licitatório, a qualquer momento durante a vigência da Ata de Registro de Preços, de acordo com as necessidades da Administração, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, a licitante vencedora e o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Acre, poderão celebrar o Termo de Contrato.

6.1.2. O prazo acima descrito poderá ser prorrogado uma vez por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora, devidamente justificado, desde que aceito pelo Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Acre.

6.2. DA VIGÊNCIA

6.2.1. O prazo de vigência do instrumento contratual a ser firmado com a CONTRATADA será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, mediante termo aditivo, observado o disposto nos artigos de nº 105, 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que a CONTRATADA ofereça preços e condições mais vantajosas para o CONTRATANTE.

6.3. No período de vigência do Contrato estão incluídos todos os prazos necessários à perfeita execução do objeto nos termos pactuados entre as partes, ressalvados os casos referentes às garantias do objeto, que extrapolam o referido prazo de vigência.

6.4. DA EFICÁCIA

6.4.1. A eficácia do contrato estará condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Acre.

6.4.2. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

6.4.2.1. 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;

7. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

7.1. DA REFERÊNCIA AO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

7.1.1. A Fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo ao processo administrativo.

7.1.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

7.2. LEGISLAÇÃO QUE PODERÁ SER APLICADA AO OBJETO:

7.2.1. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021- Regulamento Lei de Licitações e Contratos Administrativos e Decreto Estadual nº 11.363, de 22 de novembro de 2023, que regulamenta a Lei nº 14.133, de 2021, no âmbito do Estado do Acre.

8. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

8.1. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

- 8.2. Realizar programa interno de treinamento de seus empregados, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- 8.3. Prover a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA; e
- 8.4. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.
- 8.5. Atendimento às normas ambientais e sanitárias aplicáveis
- 8.6. Redução do uso de materiais desnecessários nas embalagens;
- 8.7. Incentivo à utilização de materiais recicláveis;
- 8.8. Conformidade com boas práticas de fabricação e distribuição.

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. **DA SUBCONTRATAÇÃO**
- 9.1.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial para o objeto a ser contratado.
- 9.2. **DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**
- 9.2.1. Não será exigida a prestação de garantia na contratação.
- 9.3. **DA AMOSTRA**
- 9.3.1. A critério da autoridade competente, não será exigida a apresentação de amostras.

10. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA

- 10.1. O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o [§4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021](#).

11. PARTICIPAÇÃO DE ME / EPP / EQUIVALENTES

- 11.1. Em observância do Art.48 da Lei Complementar nº123/2006 e Art. 94, XII do Decreto Estadual nº11.363/2023
- 11.2. Todos os Itens desta contratação, serão destinados a Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte.

12. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 12.1. **LOCAL DE ENTREGA:**
- 12.1.1. Os itens da contratação serão entregues na sede do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Acre, situada na Rodovia AC-40, Km-05 n.º 1.054, Bairro Loteamento Santa Helena, CEP 69908-640, Rio Branco - Acre, conforme a necessidade do órgão descrita nas ordens de entrega dos objetos.

12.2. **PRAZO PARA ENTREGA:**

12.2.1. O prazo de entrega do, será de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Entrega emitida pela CONTRATANTE.

12.2.2. Já em relação ao prazo do lote único, será de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Entrega emitida pela CONTRATANTE.

12.3. **CONDIÇÕES PARA ENTREGA:**

12.4. Serão de responsabilidade da contratada, todos os custos com o transporte dos materiais deste termo de referência.

12.5. O fornecimento será de acordo com as necessidades do Órgão mediante solicitação emitida pelo servidor designado, no prazo imediato ao recebimento da Ordem de fornecimento.

12.5.1. A Empresa contratada deverá entregar o material em conformidade com as especificações contidas neste Termo de Referência e em sua Proposta, sem defeitos ou avarias, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor (art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90) e demais legislação aplicáveis à espécie.

12.5.2. O descumprimento do prazo estipulado acarretará à empresa contratada as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e no Edital e seus anexos. No caso de empresa contratada prever atraso no início ou na conclusão da entrega, poderá solicitar prorrogação de prazo, desde que presentes: justo motivo, prova documental da alegação e que o pedido seja encaminhado ao fiscal do contrato.

12.5.3. Não sendo apresentado pedido de prorrogação, ou caso apresentado, não seja aceito, a aplicação das sanções prevista neste Termo de Referência e no contrato realizar-se-á em procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa à Empresa contratada.

12.6. **DO RECEBIMENTO**

12.6.1. O recebimento do objeto da contratação ocorrerá em duas etapas e será realizado:

12.6.2. Provisoriamente: Os produtos da contratação, serão recebidos provisoriamente no prazo de até 2 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

12.6.3. Definitivamente: Os produtos da contratação, serão definitivamente no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade dos materiais e consequente aceitação mediante termo circunstanciado e/ou atesto do documento fiscal, pela respectiva unidade administrativa.

12.6.4. Os demais lotes que não foram citados anteriormente não se enquadram neste subitem.

12.6.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

12.6.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Empresa contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.

12.6.7. A Administração contratante emitirá o documento de aceite somente após o recebimento definitivo e restar constatado ter a empresa contratada cumprido suas obrigações e estar o objeto em condições de recebimento.

12.6.8. No ato do recebimento caso o objeto apresentado não esteja em conformidade com este Termo de Referência, o item será recusado total ou parcialmente, conforme o caso, sem direito a indenização à empresa contratada.

12.6.9. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da empresa contratada quanto aos vícios ocultos, ou seja, que só manifestados quando da sua normal utilização pela Administração contratante, nos termos do Código de defesa do Consumidor (Lei 8.078/90)

12.6.10. Se houver erro no documento fiscal, ou qualquer outra circunstância que impeça o recebimento definitivo, este ficará pendente e o pagamento restará suspenso, não podendo a Empresa contratada interromper a execução do objeto até o saneamento das irregularidades.

12.6.11. Durante o período em que o recebimento definitivo estiver pendente e o pagamento suspenso por culpa da empresa contratada, não incidirá sobre a Administração contratante qualquer ônus, inclusive financeiro

13. DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

13.1. Em atendimento do artigo 94, XIV do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

13.2. As propostas ofertadas pelos fornecedores terão o prazo de validade de 90 dias.

14. DO PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

14.1. Em atendimento do artigo 94, XVIII do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

14.2. Após a realização do Termo de Contrato pelo órgão gerenciador, o mesmo deverá ser assinado pelo fornecedor em até 3 (Três) dias.

15. DA FORMALIZAÇÃO DO CADASTRO DE CREDOR

15.1. Os fornecedores que não tiverem um cadastro ativo junto a SEFAZ/AC, precisarão realizar o procedimento de junto a Sefaz do Estado do Acre para formalização do Cadastro de Credor.

15.2. Informamos a obrigatoriedade do pagamento do Documento de Arrecadação Estadual – DAE (**Taxa de Expediente**), visando o registro do Cadastro de Credores do Estado, para fins de recebimentos de valores junto aos órgãos e entidades do Poder Executivo.

15.3. Portanto, caso a futura empresa vencedora não possua cadastro de credor junto a SEFAZ do estado do Acre, a mesma deverá registra-se. Ressalta-se, que para finalizar tal cadastro, se faz necessário a realização do pagamento de uma taxa padrão (obrigatória) que a SEFAZ/AC estabelece.

15.4. A realização do cadastro é essencial para a contratação mediante que através dele que o sistema financeiro da administração formaliza as Notas de Empenho e realiza os pagamentos dos fornecedores contratados.

16. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES DO CONTRATO

17.1. Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão ser alterados, desde que, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

17.2. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizeram em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do CONTRATO, conforme art. 125 Lei nº 14.133 de 2021.

18. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

18.1. Os preços contratados poderão ser revistos, a qualquer tempo, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do que foi contratado ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual;

18.2. A revisão dos preços poderá ser iniciada :

18.3. Pelo IDAF, nos casos em que for verificada a redução do preço praticado no mercado ou em decorrência de redução de carga tributária ou de estudos técnicos elaborados internamente;

18.4. Pela contratada, mediante solicitação ao IDAF, devendo apresentar as justificativas dos fatos motivadores do desequilíbrio e encaminhar, no mínimo, os seguintes documentos:

18.5. a) planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente contratados, devendo demonstrar quais os itens da planilha de custos;

18.6. b) cópia autenticada em cartório ou original da(s) nota(s) fiscal(is) e outros elementos comprobatórios para a formação do novo preço;

18.7. Em nenhuma hipótese os preços decorrentes de revisão ultrapassarão os praticados no mercado;

18.8. Os preços revisados não poderão conter aumento da margem de lucro inicialmente pactuada;

18.9. O equilíbrio econômico-financeiro do contrato, se concedido, ocorrerá a partir da data da assinatura do respectivo termo aditivo, com efeitos financeiros da data da solicitação da contratada, sendo vedado o pedido de revisão com efeito retroativo;

18.10. Quando a repactuação se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), a CONTRATADA demonstrará o respectivo aumento por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, considerando-se a aplicação do índice de reajustamento é o Índice Nacional de Preços ao

Consumidor Amplo (IPCA) IBGE, mediante a aplicação da seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994): $R = V (I - I^0) / I^0$, onde: R = Valor do reajuste procurado; V = Valor contratual do serviço a ser reajustado; I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação; I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

18.11. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.12. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.13. Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.14. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

18.15. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observandose o seguinte:

18.16. A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

18.17. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

18.18. Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

18.19. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

18.20. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

18.21. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

18.22. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 19.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 19.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 19.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 19.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado
- 19.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 19.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 19.7. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 19.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 19.9. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 19.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 19.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 19.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 20.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 20.2. Entregar o objeto em perfeito estado de uso, sem danos ou imperfeições nas embalagens que gerem danos aos objetos.
- 20.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990); 9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

- 20.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 20.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 20.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 20.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
 - d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 20.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 20.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 20.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 20.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 20.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 20.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 20.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

20.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

20.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

21. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

21.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

21.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

21.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

21.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

21.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

21.6. FISCAL DO CONTRATO

21.6.1. São atribuições do fiscal de contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:

21.6.1.1. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual, seus anexos e eventuais aditivos/apostilamentos;

21.6.1.2. Avaliar a quantidade e a qualidade dos serviços executados ou dos bens entregues;

21.6.1.3. Atestar, em documento hábil, o fornecimento ou a entrega de bens permanentes ou de consumo e a prestação do serviço, após conferência prévia do objeto contratado;

21.6.1.4. No caso de serviços, controlar a efetividade e eficácia da sua execução em estrita observância ao estabelecido no contrato (especificações e normas técnicas, por exemplo), solicitando a correção de eventuais vícios, imperfeições, deficiências e/ou omissões;

21.6.1.5. No caso de compras, acompanhar a entrega dos bens, verificando sua quantidade e qualidade;

21.6.1.6. Registrar todas as ocorrências havidas durante o período de execução do contrato, em livro próprio;

- 21.6.1.7. Observar os prazos contratuais para a regularização de eventuais falhas e, no caso da inexistência de sua previsão, estabelecer juntamente com o Gestor de Contrato, prazo razoável para medida saneadora.
- 21.6.1.8. Conhecer suas atribuições e responsabilidades para o exercício das atividades de fiscalização;
- 21.6.1.9. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela contratada;
- 21.6.1.10. Apresentar, periodicamente ou quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução do serviço, da entrega do material ou do bem, que deverá ser instruído com registros fotográficos e demais documentos probatórios, quando for o caso;
- 21.6.1.11. Acompanhar rotineiramente a execução dos serviços contratados, assim como conferir se os materiais ou bens requisitados foram entregues em perfeito estado e nas mesmas condições e características pactuadas;
- 21.6.1.12. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas que – porventura - venham a ocorrer ao longo da execução contratual, desde que não ultrapassem suas competências;
- 21.6.1.13. Encaminhar as questões que ultrapassem suas atribuições ao Gestor do Contrato;
- 21.6.1.14. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.
- 21.6.1.15. Indicar, em nota técnica, a necessidade de eventuais descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços, por meio de glosas que serão escritas no verso da nota ou documento equivalente;
- 21.6.1.16. Cientificar o gestor do contrato e também o Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante da possibilidade de não conclusão do objeto na data pactuada, com as devidas justificativas;
- 21.6.1.17. Realizar, juntamente com a contratada, as medições dos serviços nas datas estabelecidas, antes de atestar as respectivas notas fiscais;
- 21.6.1.18. Reportar-se sempre ao preposto da contratada, não devendo, em hipótese alguma, dar ordens diretamente aos seus empregados;
- 21.6.1.19. Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados;
- 21.6.1.20. Emitir atestado ou certidão de realização de serviços, total ou parcial;
- 21.6.1.21. Controlar a medição do serviço executado, aprovando somente a medição dos serviços efetivamente realizados;
- 21.6.1.22. Informar o Gestor do Contrato sobre irregularidade que deva ser sanada;
- 21.6.1.23. Glosar as medições quando houver má execução do contratado ou mesmo a sua não execução e, com isso, sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento de suas obrigações; e
- 21.6.1.24. Representar, levando ao conhecimento das autoridades a execução de ato ilícito que tenha tido conhecimento em razão de seu ofício.

21.7. **GESTOR DO CONTRATO**

- 21.8. São atribuições do Gestor de Contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:
- 21.8.1. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual e seus eventuais aditivos;
 - 21.8.2. Gerenciar todo o Processo Administrativo de Despesa Pública – PADP referente à contratação;
 - 21.8.3. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, com qualidade e em respeito à legislação vigente;
 - 21.8.4. Solicitar periodicamente ao fiscal do contrato relatório das ocorrências para que, sendo o caso, possa tomar as providências cabíveis a fim de corrigi-las;
 - 21.8.5. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas de sua alçada que venham a ocorrer ao longo da execução contratual;
 - 21.8.6. Analisar notas/glosas escritas pelo fiscal, a fim de constatar a possível necessidade de descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços/compras, informando-as ao setor financeiro;
 - 21.8.7. Encaminhar formalmente as demandas ao preposto por meio de ordem de serviço/entrega ou fornecimento;
 - 21.8.8. Repassar ao Fiscal de Contratos todas as informações e documentos relativos ao contrato, para que este último possa bem fiscalizá-lo;
 - 21.8.9. Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos;
 - 21.8.10. Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público.
 - 21.8.11. Propor medidas que melhorem a execução do contrato.
 - 21.8.12. Conhecer suas atribuições para o exercício das atividades de gestão;
 - 21.8.13. Encaminhar ao respectivo responsável, as questões que ultrapassam o âmbito das suas atribuições para que possam ser solucionadas;
 - 21.8.14. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.
 - 21.8.15. Alimentar o Portal da Transparência e de Acesso à Informação do Governo, os sistemas informatizados para gestão dos Contratos Administrativos e outros subsistemas quanto a informações inerentes aos contratos que gerencia, responsabilizando-se por tais informações, inclusive, sempre quando solicitadas;
 - 21.8.16. Negociar condições previamente estabelecidas com o contratante sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei

- 21.8.17. Informar periodicamente ao Ordenador de Despesas do órgão/entidade sobre ocorrências relacionadas ao contrato. Por exemplo: execução de ajustes, requerimento de concessão de reajuste, prorrogações e etc., encaminhando, sempre que solicitado, o relatório de acompanhamento de obras ou serviços prestados comunicando as irregularidades encontradas
- 21.8.18. Juntamente com o fiscal, deve levar ao conhecimento do Ordenador de Despesas do órgão/entidade, sempre por escrito, instruções relativas a modificações de projetos aprovados, alterações de prazos, cronogramas e demais informações correlatas ao contrato, emitindo pareceres e relatórios técnicos como forma de subsidiar a Administração na tomada de decisões
- 21.8.19. Obter a formalização da designação do preposto junto à contratada;
- 21.8.20. Elaborar o plano de inserção, instrumento pelo qual deverá ocorrer o repasse ao contratado dos conhecimentos necessários para a execução dos serviços, e disponibilizar infraestrutura adequada à contratada para execução do pactuado, quando for o caso;
- 21.8.21. Notificar a contratada, por ordem do Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante, sobre irregularidades encontradas; e
- 21.8.22. Controlar a regularidade do adimplemento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da contratada com seus empregados.

22. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 22.1. O pagamento dos materiais efetivamente fornecidos será efetuado à empresa contratada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento do documento fiscal, compreendido nesse período a fase de ateste deste – o qual conterá o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da Empresa contratada, o número da Nota de Empenho e a descrição clara do objeto – em moeda corrente nacional, de acordo com as condições constantes na proposta da Empresa contratada e aceita pela Administração contratante.
- 22.2. A emissão da ordem bancária será efetivada após o documento fiscal ser conferido, aceito e atestado por servidor responsável, caracterizando o recebimento definitivo, e ter sido verificada a regularidade da Empresa contratada, mediante consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e à Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais, federais e municipais, conforme cada caso.
- 22.3. O documento fiscal deverá ser emitido em nome da:
- a) **Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Acre - IDAF**
 - b) CNPJ nº **05.509.035/0001-74.**

- 22.4. A empresa contratada deve apresentar o documento fiscal de fornecimento de material, emitido e entregue ao fiscal do contrato, para fins de liquidação e pagamento.
- 22.5. Na ocorrência de rejeição do documento fiscal motivado por erro ou incorreções, o mesmo será devolvido à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado para pagamento, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.
- 22.6. Nos casos de eventuais atrasos injustificados de pagamento, desde que a Empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração contratante, desde a data limite fixada para pagamento até a data do efetivo pagamento, será a seguinte:
- 22.6.1. $EM = N \times VP \times I/365$), onde:
- 22.6.2. EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;
- 22.6.3. N = Número de dias de atraso contados entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;
- 22.6.4. VP = Valor da parcela em atraso; e
- 22.6.5. I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE) / 100.
- 22.7. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa contratada, no IDAF, no horário de expediente da Contratante, ou por e-mail a ser informado quando da assinatura do contrato.
- 22.8. Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de documento fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.
- 22.9. Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato.
- 22.10. A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.
- 22.11. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 23.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato; g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- g) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

23.2.

Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave; (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) **Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do contrato, até o limite de 10% (dez por cento), pelo descumprimento dos prazos de entrega, instalação ou comissionamento previstos neste instrumento;**
- c) **Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, pela inexecução parcial do objeto;**
- d) **Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, pela inexecução total do objeto;**
- e) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- f) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

23.3.

A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

23.4.

Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

23.5.

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

23.6.

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da

garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

23.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

23.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

23.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

23.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

23.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

23.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

23.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

23.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos

administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

24. IMPUGNAÇÕES E ESCLARECIMENTOS

24.1. De acordo com o Art. 164 da Lei nº 14.133 | Nova Lei De Licitações, de 01 de abril de 2021, destamos os seguintes trechos:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Parágrafo único. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

25. ANTICORRUPÇÃO

25.1. **Compromisso com a Integridade:** A Contratada declara expressamente que não oferecerá, dará, prometerá, solicitará ou aceitará, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, suborno, propina, comissão ou qualquer outra forma de benefício ilícito a agentes públicos ou terceiros em razão deste contrato.

25.2. **Conformidade com a Legislação:** A Contratada se compromete a cumprir todas as disposições da Lei Federal n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), da Lei Estadual n.º 3.747/2021 (Programa de Integridade e Compliance do Estado do Acre) e demais normas aplicáveis.

26. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

26.1. **DA MODALIDADE**

26.1.1. Pregão Eletrônico para Registro de Preços.

26.2. **DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

26.2.1. Menor preço por Item.

26.2.2. A opção de utilizar Sistema de Registro de Preços justifica-se pela impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pela Administração, bem como pela necessidade de aquisições frequentes, solicitadas de acordo com a demanda do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Acre - IDAF.

27. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

27.1. As empresas participantes deste certame licitatório deverão apresentar Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os materiais ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, podendo ser exigido, em diligência, da proposta melhor classificada, que apresente cópia autenticada do contrato ou da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is), que deram origem ao Atestado.

27.1.1. Os atestados deverão conter o nome, o endereço e o telefone de contato dos atestadores, ou qualquer outro meio que permita ao órgão promotor da licitação manter contato, caso seja necessário, com quem

emitiu o referido documento.

28. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

28.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de (01) um ano contado da data da sua assinatura, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço, conforme art. 325 do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

28.2. A eficácia da Ata de Registro de Preços estará condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Acre.

28.3. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia da Ata de Registro de Preços e sua prorrogação, se houver, contados da sua assinatura, conforme art. 321 § 3º do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

29. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

29.1. O valor estimado para a contratação pretendida é de **R\$**

30. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

30.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos consignados abaixo:

30.1.1. Cód. Órgão / Unidade Executora: 703/207.

30.1.2. Programa de Trabalho: _____

30.1.3. Elemento de Despesa: 33.90.30.00.

30.1.4. Fonte de Recurso: 15010700.

Carlos Douglas da Silva Costa

Responsável pela Divisão de Compras e Contratos - DICC/IDAF

Portaria IDAF Nº 44, de 27 de janeiro de 2025

IDAF INSTITUTO DE DEFESA
AGROPECUÁRIA E FLORESTAL
DO ESTADO DO ACRE



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS DOUGLAS DA SILVA COSTA**, em 15/07/2026, às 11:19, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://compras.ac.gov.br/validador/documento>, informando o código verificador **CP88BAD6 ABF34674 875855A1 C0B1912F** e código CRC **7921A5**